

eleições 2004

**O PT perdeu
sua alma?**

Ele se tornou, como previa um de seus dirigentes, um *partido de retaguarda*?

Raimundo Rodrigues **Pereira**

As eleições municipais de outubro, as primeiras do governo Lula, são um bom momento para uma crítica ao PT. Foram feitas várias. As mais destacadas vieram da direita. Falavam de um *DNA de autoritarismo* que o PT teria no seu sangue e que estaria prestes a levar o país a um sistema de partido único. Uma dupla, Carlos Pio e Eduardo Viola, do *Instituto de Relações Internacionais* da Universidade de Brasília, resumiu o que seriam esses *genes autoritários petistas*: o PT tem “uma máquina política muito sofisticada organizacional e financeiramente e com baixo compromisso histórico com o pluralismo político e o capitalismo”; tem vínculos com “uma organização comunista revolucionária e paralegal, o MST”; tem uma “forte penetração do ideal da democracia participativa, ameaçando erodir os mecanismos formais de representação (partidos, parlamento)”; e ainda, tem “mentalidade nacional coletivista estatista, que se expressa na demanda por um ‘projeto nacional’”.

Destacados intelectuais do PSDB participaram desses ataques. O próprio FHC, da Universidade de Brown, nos EUA, onde hoje é *professor at large*, questionou o fato de o PT cobrar para sua sustentação “dízimo de dinheiro público para fazer com que funcionários nomeados em comissão encham as burras do partido”. E, provavelmente dos fundos de sua experiência de ter sido o governante que mais recebeu dinheiro do grande capital em duas campanhas eleitorais, disse que faltava “senso de medida” ao PT, fato que seria visível no “aluguel maciço de jatinhos”, na “riqueza da propaganda eleitoral”, com “dinheiro privado”, que começaria a “arranhar o decore republicano”. E terminava perguntando, ao próprio Deus, como manter opções ao PT diante dos seus “ímpetos antidemocráticos” “à mostra”.

As críticas foram recebidas com indignação pelos petistas. “A vida é assim. A gente tem de agüentar essa insolência tucana. Acham agora que o governo não é democrático” disse o ministro José Dirceu. Me-

lhor que Dirceu, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos mostrou que tudo o que PSDB diz agora desses primeiros tempos de Lula poderia ser dito em dobro de FHC nos seus primeiros anos. FHC fez o Congresso aprovar 16 Emendas à Constituição, uma a cada três meses durante quatro anos ininterruptos. Aprovou a Emenda para a sua própria reeleição, debaixo de acusações de compra de votos, por uma maioria digna de partido único: 398 votos contra 98. Foi “a mais desenfreada reforma constitucional de toda a história independente do país” e talvez não exista nada parecido “na história de nenhuma democracia nos tempos modernos” disse Santos.

Bipartidarismo barroco De fato, as eleições representaram um fortalecimento do pluripartidarismo, ou, pelo menos, como disse Luiz Werneck Vianna, um fortalecimento de um *bipartidarismo barroco*, com dois partidos - PT e PSDB - bem mais fortes nacionalmente e vários partidos com grande influência regional e de certo modo agregados aos dois. As eleições municipais representam o quadro da opinião pública em 5562 locais, com realidades muito distintas. Os municípios vão de Canavieira, no Piauí, com 4.141 habitantes, um orçamento anual de receitas próprias de cerca de R\$ 50 mil, onde o PCdoB elegeu o prefeito, a São Paulo, com 10,4 milhões de habitantes, orçamento de receitas próprias de R\$ 1,3 bilhão - onde o PCdoB elegeu apenas um vereador, Ademir da Guia, *o divino* ⁽¹⁾.

Somar números, portanto, não diz muito. Não basta, por exemplo, somar os votos - 57,1 milhões para prefeito - ou o número de prefeituras ganhas - mais de 3000 - pelos partidos da *base governista* - PT, PCdoB, PL, PSB, PPS, PTB, PMDB e PP, para ficar com os maiores e respeitando a ordem de chegada ao bloco - para dizer que a *oposição* perdeu o primeiro turno das eleições (PSDB, PFL e PDT somaram 32,5 milhões de votos e menos de 2000 prefeitos). E perdeu também em somas semelhantes no segundo turno.



Em Nova Iguaçu, Lindberg Farias (PT) teve o apoio de César Maia (PFL) para derrotar Garotinho na Baixada: aliança em função do interesse governista de reeleger Lula

Em primeiro lugar, porque é preciso colocar em discussão o próprio sentido do *bloco governista*. Esse bloco tem uma história. Hoje ele é o governo Lula. Mas, sua origem está no PT, formado no movimento político amplo pela democracia no Brasil, mais especificamente a partir das lutas operárias e populares que tiveram o ABC paulista como centro. Pode-se dizer, para simplificar, que o PT é o grande representante político das *forças progressistas* e que, assim como a vitória dos candidatos do PMDB na eleição presidencial indireta de 1984 representou o coroamento da luta pela redemocratização do país, o governo Lula é uma espécie de ápice da luta para estabelecer no país uma democracia mais avançada. Uma democracia onde cabe o MST, por exemplo; e que é menos formal e mais participativa, a despeito da ojeriza que essa idéia de democracia mais ampla causa em alguns intelectuais, como os dois professores de Brasília já citados.

A idéia de uma democracia mais ampla está longe de ser um consenso na *base governista*. Para ficar em alguns exemplos: a vitória de José Fogaça, do PPS, em Porto Alegre, partido da *base governista* apoiado por outros dois partidos *governistas* – PTB e PP – é uma vitória das *forças progressistas*? Claro que não é assim, pois com Fogaça estavam, além dos partidos já citados, o PSDB

entre um bloco governista, de fato, liderado pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e um bloco já oposicionista, desde o segundo turno, liderado pelo presidente do partido, Roberto Freire. Em entrevista recente, Freire disse que sempre considerou e considera “cada vez mais”, “o PSDB um partido democrático e de esquerda”. Sob sua condução, o PPS apoiou Serra em São Paulo e os candidatos do PSDB também em Cuiabá e Florianópolis. No segundo turno das eleições, o PPS privilegiou a *oposição*. Divulgou documento dizendo que seu principal aliado era o PDT. Apoiou candidaturas visivelmente conservadoras: em Maceió, ficou com o candidato dos usineiros e de Fernando Collor de Mello; em Manaus, com Amazonino Mendes, contra o bloco PSB-PCdoB-PT-PDT, nitidamente, na cidade, a força progressista.

No Rio de Janeiro se tem outro exemplo dessa forma precipitada de classificar os resultados eleitorais de agora como *progressistas*, apenas porque eles interessavam ao governo Lula. É o caso das alianças formadas para derrotar Anthony Garotinho, do PMDB. Foram duas as ofensivas principais contra Garotinho. Uma na *Baixada Fluminense*. A *Baixada* são 14 cidades, com 3,3 milhões de habitantes e condições de moradia quase como as de uma grande favela. Na política, campeia o assistencialismo. Só em

e o PFL – que as forças progressistas porto-alegrenses chamavam de *forças do atraso*, incluindo o PDT local, cujo setor *progressista* migrou para o PT nas eleições municipais passadas. Pior ainda: é arbitrário colocar o PPS que ganhou as eleições em Porto Alegre como um partido do *bloco governista*. O partido está dividido en-

Duque de Caxias, com 715 mil habitantes, há 35 centros sociais criados por candidatos e que oferecem à população, gratuitamente, de tratamentos médico e dentário a corte de cabelo e cestas de alimentos, disse um repórter.

Identidade diluída Contra os candidatos de Garotinho na região, se fez um plano, que tinha a candidatura de Lindberg Farias a prefeito de Nova Iguaçu como a peça central. Lindberg, presidente da UNE, chefe dos *caras-pintadas* da campanha pelo impeachment de Collor, foi deputado federal do PCdoB, em 1994; saiu para o PSTU e não conseguiu voltar a Câmara em 1998; e se elegeu pelo PT do Rio em 2002. Estava para sair do PT, junto com Babá, Luciana Genro e Heloísa Helena, mas foi convencido pelo próprio Lula a ser a peça central do esquema de reabilitação do PT carioca, historicamente dividido. Ganhou as eleições e está convencido que o plano deu certo: “O presidente me disse: ‘Lindberg, eu achava que nosso projeto de reconstruir o PT no Rio ia demorar uns vinte anos; mas com essa eleição em Nova Iguaçu, podemos conseguir isso já, agora’”. A cúpula política do governo se mobilizou para uma cruzada contra Garotinho na qual o prefeito do Rio, César Maia, do PFL, embarcou como um dos grandes aliados.

Qual foi o resultado político desse processo? A deputada Jandira Feghalli, do PCdoB, que foi candidata a prefeita do Rio e acabou na frente do candidato do PT, diz que foi ruim. “A esquerda sofreu uma diluição de sua identidade política, particularmente o núcleo central da esquerda que é o PT. Não é à toa que eu, com um minuto e vinte e oito segundos de televisão, fui a mais votada da esquerda” (César Maia ganhou no primeiro turno; Marcelo Crivella, do PL, ficou em segundo; Jandira, em terceiro; e Jorge Bittar, do PT, em quarto, mesmo com uma campanha com dinheiro e um dos melhores *marqueteiros* do país, Nizan Guanaes).

O PT, diz Jandira, errou a política no Rio: moveu-se de modo maniqueísta. Alguns fatos, diz ela, mostram que foi uma articulação nacional: os candidatos do PT em Niterói e em Nova Iguaçu vieram fechar aliança com o PFL no Rio. “Com o César Maia, de

mãos dadas, e adesivo no peito – quando Maia aqui era o adversário da esquerda”, diz ela. “O ato do voto ético”, uma manifestação feita também no Rio, contra Garotinho, “foi de chorar”, diz ela. “As pessoas perderam a referência de projeto, em nome de uma luta do *bem contra o mal*. Como se o PFL e o PSDB fossem do bem, como se o problema aqui se resumisse à luta contra o Garotinho”.

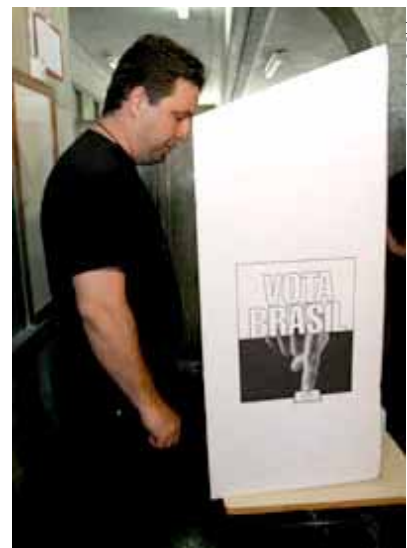
A segunda frente de batalha contra Garotinho foi em Campos, onde ele e sua mulher, a governadora Rosinha Matheus, têm domicílio eleitoral. Primeiro, o PT nacional sacrificou o candidato do partido – Makhoul Moussalen, um neurocirurgião nascido no Líbano – fazendo campanha pelo candidato do PSDB, que teria mais chances de derrotar Geraldo Pudim, o candidato de Garotinho. Depois, no segundo turno, quando o PSDB caiu fora, o PT nacional desembarcou em Campos para apoiar o candidato do PDT, Carlos Alberto Campista. O núcleo governista se dividiu e o PCdoB ficou com Garotinho na cidade. Mas, com apoio das organizações *Globo*, Garotinho e seus aliados passaram a ser atacados como os grandes vilões, por uma chuva de denúncias. Não se pode dizer que elas não tivessem fundamento. Mas a justiça eleitoral, em despacho da juíza Denise Appolinária, mandou suspender *todos* os programas assistencialistas no período eleitoral na região: o *Bolsa Família*, do governo federal; o *Vale Alimentação*, da prefeitura; e o *Jovens Pela Paz*, *Cheque Cidadão* e a distribuição de kits escolares, do governo do Estado. E quais são os principais programas assistencialistas? Os federais, obviamente. Denúncias de fraude contra esses programas existem em todo o país. E hoje, eles fazem parte da sobrevivência cotidiana de milhões de pessoas. Tanto que, no auge da campanha do segundo turno, sob o impacto de uma contra-propaganda do PMDB de Nova Iguaçu, que o responsabilizava pelo corte dos programas, Lindberg Farias conseguiu aparecer num dos noticiosos da *Globo* defendendo o Bolsa Família e dizendo que ele seria melhorado na cidade se ele ganhasse. Disse depois também que iria acabar com a corrupção. E que sua aliança com

César Maia prosseguiria. Maia insiste numa frente *democrática, republicana*, contra Garotinho. Muitos integrantes da articulação política do governo falam hoje em defesa da democracia e da República. Garotinho é candidato declarado à presidência da República. Além de eventualmente ter usado programas assistenciais com fins eleitoreiros, chegou a anunciar explicitamente que se lançaria em campanha nacional contra o PT – o que era um fanfarronada, porque ele acabou tendo de recuar e se defender, mesmo em seu reduto mais forte, Campos, onde afinal perdeu. Daí, no entanto, a considerá-lo o alvo principal das *forças progressistas* na Baixada Fluminense vai um abismo. As coligações anti Garotinho foram feitas em função do interesse *governista* na reeleição do presidente Lula – e não no interesse das *forças progressistas*.

Utopia e pragmatismo Uma crítica aparentemente de esquerda que se faz ao PT nessas últimas eleições se refere às coligações que fez, em especial ao apoio do PP, considerado o partido mais à direita da base governista, à candidatura de Marta Suplicy em São Paulo. O PP, como se sabe, é o partido de Paulo Maluf, o grande adversário dos petistas em inúmeras eleições no Estado. O ministro da Educação, Tarso Genro, um dos teóricos do partido – que acha que o PT esgotou um ciclo de duas etapas, uma onde houve utopia exagerada e outra, agora, com excessos de pragmatismo – disse que a aliança com Maluf em São Paulo foi demais. Acha que, para reeleger Lula é preciso repensar questões referentes ao partido e ao governo. “Essas alianças causam perplexidade na base do PT e instabilidade nas relações políticas internas do governo. Precisamos preparar estrategicamente a reeleição de Lula e revisar uma reforma política para que o sistema de coligações seja mais federativo e nacional”.

O PT quer proibir parte das coligações com uma lei. Para as eleições de 2006 já existe a lei que elimina a representação parlamentar e o direito aos fundos partidários e ao tempo de televisão para os partidos com menos de 5% dos votos nacionais e sem um mínimo de 2% de votos em 9 estados. O PT quer

mais uma lei, que proíba as coligações nas eleições proporcionais – de vereadores e deputados. O que distorce os resultados eleitorais, no entanto, não é simplesmente o fato de existirem coligações múltiplas, complexas. De fato essas coligações existiram. O PT se coligou com todos os partidos. Dos partidos da *base*, apoiou o PSB em 338 cidades, o PTB em 236, o PL em 119, o PPS em 274, o PP em 200, o PCdoB em 30. E foi apoiado pelo PSB em 188, pelo PTB em 257, o PL em 90, o PPS em 279, o PP em 157 e o PCdoB em 300. Fora da *base*, o PT apoiou o PDT em 241 cidades, o PFL em 90, e o PSDB em 257. E recebeu apoio do PDT em 250 cidades, do PFL em 159 e do PSDB em 131. Essas coligações são boas ou ruins? Parece estranho que o PT tenha apoiado o PSDB em mais de 250 locais e o PCdoB, seu mais antigo parceiro, em apenas 30, por exemplo. Mas, não se pode ser, em princípio, contra coligações. O próprio PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado –, considerado um dos dois partidos mais radicais da esquerda, de um modo geral contrário às coligações, se coligou com o PT para ter os dois únicos postos que conseguiu nestas eleições, dois vereadores em Carnaubeira da Penha, PE – os índios, José Francisco da Silva, da etnia *aticum*, e Sevi Vernoei, um *pancará*. Os pleitos de outubro foram eleições *municipais*; estão inseridos num con-



Com o apoio da *Globo*, Garotinho e seus aliados passaram a ser atacados como grandes vilões

texto mais amplo, é claro, mas trataram essencialmente do governo das cidades, e cidades de desenvolvimento social muito diverso. Como foram as coligações do PT nos chamados grotões, municípios de menos de 10.000 eleitores? Na pobre Canavieira, PI, já citada, foram eleitos 4 vereadores do PCdoB e dois do PMDB, numa coligação desses dois partidos; mas o PT, que não elegeu nenhum vereador, ajudou a eleger dois do PFL e um do PSDB, na coligação com esses partidos. É estranho? Claro. Mas é evidente que nesses locais deve haver mais flexibilidade nas coligações, porque são em geral comunidades mais atrasadas, onde o *progresso* político pode significar algo mais simples. Tudo depende do objetivo que se tem, do lado em que se está e das condições em que se trava a disputa política.

Qual o objetivo do *bloco governista*? O que o distingue do *bloco progressista*? Tanto o PT como o PCdoB ainda definem o *bloco progressista* como o das classes e camadas populares e dos pequenos e médios empresários. Qual o interesse desse bloco na reeleição do governo Lula? Pela política econômica que põe em prática, no momento, o governo Lula é um governo de centro-direita, contra os interesses desse bloco progressista e de defesa dos interesses dos grandes empresários, nacionais e estrangeiros. O presidente Lula colocou num posto chave de seu governo, o ministério da Fazenda, um político conservador, da ala direita de seu partido. Este, por sua vez, se cercou de gente mais à direita: especialmente nomeou para a presidência do Banco Central o chefe de operações internacionais do BankBoston. Além disso, Lula colocou no ministério da Agricultura, um homem do *agribusiness*; e na Indústria e Desenvolvimento, um empresário do setor exportador. Coerente com essa formação, o governo Lula promoveu vários movimentos de aproximação com o capital financeiro. Fez, por exemplo, duas elevações da meta do superávit primário, a economia de tributos que o governo faz, geralmente sacrificando investimentos públicos, para aumentar as garantias de pagamento da dívida pública ao grande capital.

Os argumentos em defesa do governo são dois: 1) não se pode fazer um análise estática; é preciso ver o movimen-

to: às vezes, o bom primeiro passo para uma caminhada é um passo para trás, o único que torna possível começar a marcha; 2) não se deve considerar apenas a economia, mas, principalmente, a política.

Partido de retaguarda Quanto ao primeiro argumento, de que não haveria alternativas à política econômica oficial, há dezenas de artigos de economistas históricos do próprio PT que dizem o contrário. Digamos, no entanto, que se aceite que a política econômica é a única possível, pelo momento. Por que, depois disso, aceitar que o único caminho político acertado, nas eleições deste ano, era o de defender o governo Lula e tomar a meta de sua reeleição em 2006 como o grande objetivo? Se o governo está conduzindo uma política econômica conservadora, forçado por circunstâncias incontornáveis, se se quer aumentar a representação progressista e fortalecer esse campo, nessas eleições se poderia discutir o que o governo está fazendo, forçadamente, para estudar e preparar o que ele poderia fazer mais livremente, logo adiante.

Mas não foi isso o que aconteceu. Um exemplo nítido dessa postura é a principal campanha do PT nestas eleições, para reeleger Marta Suplicy para a prefeitura de São Paulo. A cidade apesar de ter um dos maiores orçamentos do país – maior que o da maioria dos Estados – é, como diz a prefeita, uma cidade pobre: Buenos Aires, com um quarto da população, tem o mesmo orçamento. Em consequência da pobreza, seus problemas sociais são gravíssimos. Mais de 2,5 milhões de pessoas vivem em favelas, loteamentos precários ou cortiços. Um milhão de pessoas não têm acesso aos serviços básicos de saúde. A criminalidade é imensa em certas áreas e atinge especialmente os jovens.

A campanha de São Paulo foi uma espécie de modelo para o PT nacionalmente. O PT conseguiu para ela perto de R\$ 19 milhões, com os quais financiou um exército de cabos eleitorais pagos e a empresa do *marqueteiro* mais caro do país, Duda Mendonça. Em ato da campanha, o ministro José Dirceu, um dos principais militantes do PT sem dúvida, disse, respondendo

do a um repórter que lhe fazia ver um grande grupo de militantes pagos que o acompanhavam: “A militância está nas ruas. Mas a campanha tem de ser profissional. Se não tiver isso, não se faz campanha mais”. O jornalista Fernando Dantas, de *O Estado de São Paulo*, escreveu um artigo sobre o encontro nacional dos pesquisadores em ciências sociais deste ano, realizado em Caxambu, cujas discussões sobre o PT ele sintetizou desta forma: “A democracia brasileira avança, mas o PT está perdendo a alma”. O artigo resumia debates nos quais alguns teóricos diziam que a política econômica do governo Lula impossibilitava uma política social transformadora. A conclusão pode ser rebatida como muito economicista, como já se argumentou neste texto: o principal julgamento do PT deve ser político.

E aí é que pode estar o mal maior, no entanto: o partido parece não acreditar mais na política verdadeira, feita por militantes. Em 1999, no Congresso que elegeu José Dirceu presidente do partido, Valter Pomar, dirigente da Articulação de Esquerda, uma das facções petistas, disse que o partido estava se transformando num *partido de retaguarda*, por querer fazer política com a opinião pública tal como ela é, sem colocar o centro de seus esforços no trabalho de mobilizá-la, a partir das classes sociais mais pobres e necessitadas. As eleições de 2004 sugerem que é esse o risco que o PT corre; perder sua alma, a militância política que acredita que outro país é possível.

Na política tradicional brasileira é norma o candidato se eleger e, imediatamente, passar a pensar na reeleição. Evidentemente, é colocar o carro adiante dos bois: primeiro o eleito deve provar a que veio; a reeleição vem depois. Colocar um líder operário na presidência da República de um país tão desigual e atrasado politicamente como o Brasil foi um feito. Mas não basta, evidentemente. E nem se renova o seu mandato por essa condição. Lech Walesa, outro líder operário, foi colocado na presidência da Polónia em 1990 e nada mudou, no essencial. Em 1995, foi derrotado, ao tentar se reeleger. E em 2000 teve 1% dos votos em nova tentativa. ■

(1) Ademir foi um dos mais famosos meio-campistas do Palmeiras; o autor é torcedor do time.

Partido único, mulheres, grotões

Alguns números e mitos das eleições de outubro

• Para o cientista político, Wanderley Guilherme dos Santos, os fatos “nus e crus” dos resultados eleitorais, mostram que o PSDB gritou, nas vésperas do primeiro turno, que havia ameaça de partido único, por motivos eleitoreiros. O PSDB corre o risco, disse ele, de ficar “sitiado em São Paulo”. Comparados os primeiros turnos das duas últimas eleições municipais, disse ele, em 2000 o PSDB teve 28,7% de sua votação total no Estado de São Paulo; e em 2004, 43,3%. Enquanto isso, o PT faz o movimento inverso, de expansão

pelo país.

• Em 2004, foram eleitas 404 prefeituras — 7,32% do total, em 2000 eram 5,7%. Foram eleitas 6.555 vereadoras, 12,6% do total; em 2000, eram 11,61. Houve um aumento. Mas, diz Almira Rodrigues, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria: “Levaremos décadas até chegar a

um equilíbrio, neste ritmo”.

• A tese de que o PFL, o PP, o PFL e o PMDB foram empurrados para os *grotões* e perderam significado político, não se sustenta. Ocorreu justamente o contrário, nos municípios com menos de dez mil eleitores, esses três partidos, mais o PSDB, perderam mais de 500 prefeituras, exatamente para os partidos da base governista (ganharam mais, por ordem crescente do ganho: o PTB, o PSB, o PPS, o PL e o PT).

• O PT foi o partido que mais teve votos — 16,3 milhões, na soma de votos válidos para prefeito no primeiro turno, 17,15% do total do país; com um crescimento de 36,8% em relação ao pleito municipal anterior. No mesmo tipo de soma, no segundo turno, o PT também foi o primeiro colocado. Com isso, bateu o PSDB, que nas duas eleições municipais anteriores, sob os governos de Fernando Henrique Cardoso, tinha sido o número um por esse critério.

• O PSDB cresceu nas grandes cidades. Agora controla o mesmo número de cidades com mais de 200 mil eleitores. E ao derrotar o PT em São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, com 7,8 milhões de eleitores, o PSDB toma do PT o título de ser o partido que vai governar o mai-

or número de eleitores — 25,6 milhões.

• O PT foi o partido que mais se expandiu pelas cidades médias e pequenas do interior do país. Por exemplo, nos 1.828 municípios com 10.000 a 50.000 eleitores, o PT ganhou 134 prefeituras; em 2000, nas 1.711 cidades desse porte, ganhou em 60, apenas. E nos 3.391 municípios com menos de 10.000 eleitores, o PT ganhou em 219 deles; em 2000, eram 3549 os municípios desse tamanho e o PT venceu em apenas 80 deles.

• O PDT, que muitos julgavam moribundo, depois da morte de seu líder Leonel Brizola, foi de três para oito cidades grandes, entre as quais cinco capitais — a maior delas sendo Salvador, a quarta cidade mais populosa do país, onde ganhou do candidato do bloco do cacique Antônio Carlos Magalhães com cerca de 3/4 dos votos válidos.

• O PSB, o menor do bloco de partidos grandes e médios, com 4,7% dos votos do país para prefeito, teve uma vitória espetacular em Manaus, onde derrotou um dos “reis do Norte”, Amazonino Mendes; ganhou mais duas capitais, João Pessoa e Natal; derrotou o candidato declarado do presidente Lula, Vicentinho, em São Bernardo do Campo; manteve sua participação nas cidades médias e cresceu nas cidades pequenas.

• A esquerda comunista cresceu — o PCdoB elegeu 10 prefeitos — teve 1 em 2000; reelegeu a prefeita de Olinda no primeiro turno; elegeu 273 vereadores, contra 150 há quatro anos. ■

A conquista das prefeituras

Desempenho dos partidos conforme o tamanho das cidades, pelo número de eleitores

Número de Eleitores	Mais de 1 milhão		de 200 mil a 1 milhão		de 50 mil a 200 mil		de 10 mil a 50 mil		Abaixo de 10 mil	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004
PMDB	1	--	8	8	36	46	361	318	850	685
PSDB	--	2	11	13	46	41	304	294	624	516
PFL	2	1	1	3	33	32	283	253	709	501
PP (*)	--	--	2	2	19	17	165	170	432	363
PT	1	3	16	12	30	43	60	134	80	219
PDT	--	1	3	7	19	17	93	88	173	192
PTB	1	--	2	2	14	15	142	136	238	270
PL	--	--	1	--	8	14	79	126	146	241
PPS	--	1	3	3	13	18	54	116	96	168
PSB	1	--	2	7	13	18	62	60	60	96
Outros (**)	--	--	2	2(**)	9	13	108	133	141	140

(*) PPB em 2000. (**) Considera-se a decisão do TSE que cassou a candidatura do PT em Mauá, SP, e declarou vencedor o candidato do PV, Leonel Damo.



A bancada de vereadoras de Fortaleza